

Cartografia e configuração da rede de políticas públicas no cuidado integral a infância e adolescência

Cartography and configuration of the public policy network in integral care for children and adolescents

Murilo Cavagnoli

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor na Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó.

E-mail: murilocavagnoli@unochapeco.edu.br

ORCID: 0000-0003-0363-3017

Deborah Cristina Amorin

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFSC.

E-mail: deborah@emaiseditora.com.br

Linda Margarethe Boniatti Tonini

Acadêmica de Psicologia na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

E-mail: linda.tonini@unochapeco.edu.br

ORCID: 0000-0002-5824-0096

Helen Beatriz Martins

Acadêmica de Psicologia na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

E-mail: helen.martins@unochapeco.edu.br

ORCID: 0000-0002-0325-4781

Gabriela Costacurta

Psicóloga, graduada na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

E-mail: gabriela.costacurta@unochapeco.edu.br

Morgana Luiza Sbrussi Granella

Psicóloga, graduada na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

E-mail: morganagranella@unochapeco.edu.br

ORCID: 0000-0001-6338-8223

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar contribuições do método cartográfico ao trabalho em rede de Políticas Públicas, expondo suas potências à tessitura da própria Rede de Atendimento a Infância e Adolescência (RAIA) e ao desenvolvimento de dispositivos de intervenção singulares, no município de Chapecó, Santa Catarina. Considerando nossa imersão nesta rede, enquanto extensão Universitária, desde o ano de 2006, abordamos fundamentos ontológicos e teóricos-metodológicos da Cartografia, destacando suas contribuições à configuração do fazer intersetorial. A rede será

apreendida em diálogo com as noções de rizoma, multiplicidade e singularização. Dentre os recursos metodológicos da cartografia, dois eixos serão explorados: a dimensão ético-afetiva relacionada a configurar encontros, que transversalizam modos de subjetivação em processos coletivos; e a criação de dispositivos de pesquisa-intervenção, desenvolvidos na busca por soluções protetivas dos direitos da infância e adolescência frente a complexos cenários de vulnerabilidade social que se evidenciaram, no município, nos anos de 2019 e 2020.

Palavras-chave: Cartografia; Rede Intersectorial; Políticas Públicas; Infância; Adolescência.

Abstract

This article aims to analyze contributions of the cartographic method to the Public Policy network, exposing its powers to the weaving of the Child and Adolescence Assistance Network (RAIA) and to the development of unique intervention devices, in Chapecó, Santa Catarina. Considering our immersion in this network, as a University extension, since 2006, we approach ontological and theoretical-methodological foundations of Cartography, highlighting its contributions to the configuration of intersectoral action. The network will be learned in dialogue with the notions of rhizome, multiplicity and singularization. Among the methodological resources of cartography, two axes will be explored: the ethical-affective dimension related to configuring encounters that transversalize modes of subjectification in collective processes; and the creation of research-intervention devices, developed in the search for protective solutions for the rights of children and adolescents in the face of complex social vulnerability scenarios that were evident in the municipality in the years 2019 and 2020.

Keywords: Cartography; Intersectoral Network; Public Policies; Childhood; Adolescence.

Introdução

No Brasil de 2021, 31 anos após aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹, parecemos cada vez mais distantes de sua efetivação. Nos últimos anos, o processo de pauperização e exclusão social segue galopante a reproduzir injustiças. Há sérios desafios às políticas públicas em um contexto neoliberal^{2,3,4} que impulsiona crescente vulnerabilidade social e econômica, favorece desmontes em importantes Políticas de Estado e incentiva o subfinanciamento de setores que resistem.

Na cidade de Chapecó, apesar de limitações estruturais, desde o início da década de 1990, buscou-se uma rede comprometida em consolidar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA. O SGDCA é preconizado pelo ECA enquanto estratégia intersectorial que “[...] constitui-se por meio da articulação de atores e atrizes, instrumentos e espaços institucionais formais e informais com atribuições específicas e papéis definidos no ECA”^{5:19-20}. Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) dispôs sobre a institucionalização e fortalecimento deste sistema⁶, sendo estruturado, desde então, sobre três eixos: promoção, controle e defesa dos direitos. O SGDCA, portanto, é fundamentado numa perspectiva de redes sociais, que atuam para garantir acesso a direitos e proteção integral e prioritária a esta parcela da população.

Importa destacar que as Políticas Públicas brasileiras estão organizadas de duas maneiras: por área - Assistência Social; Cultura; Educação; Esporte; Saúde; Trabalho; Transporte – e por segmentos – Crianças e Adolescentes; Idosos; Mulheres; Pessoas Com Deficiência; População Afrodescendente e Indígena. As políticas por segmentos devem possibilitar que as políticas por áreas, ao serem

operacionalizadas, considerem especificidades dos segmentos, respondendo a necessidades singulares. Voltada ao atendimento de crianças e adolescentes, a RAIA, pautada pelas diretrizes do SGDCA, busca potencializar as especificidades de cada Política e investir na intersecção entre setores, distintos objetos e perspectivas de trabalho, de forma coesa em seus princípios e preparada para oferecer respostas protetivas às muitas problemáticas que enfrentamos.

Considerando movimentos desenvolvidos pelas Políticas Públicas municipais em diálogo com o Programa de Extensão Universitária, no qual atuamos desde 2006, este artigo objetiva analisar contribuições do método cartográfico ao trabalho em rede de Políticas Públicas, expondo suas potências à tessitura da própria Rede de Atendimento a Infância e Adolescência (RAIA) e ao desenvolvimento de dispositivos de intervenção singulares, no município de Chapecó, Santa Catarina. Defendemos a rede como estratégia intersetorial que permite rupturas processuais com a lógica do especialismo fragmentador, da simplificação e da setorização. É a rede, ainda, superfície de composição contínua de resistências frente a transformações históricas no ordenamento do Estado e das próprias Políticas Públicas, que tem criado entraves à garantia de direitos.

A partir de nossa imersão no contexto da RAIA abordaremos seu devir em conexão aos fundamentos ontológicos e teóricos-metodológicos da Cartografia, compreendendo o fazer cartográfico em consonância com as proposições do campo da psicologia social crítica e da esquizoanálise brasileira, enquanto perspectiva de “pesquisa-intervenção”⁷, destacando as potências que este olhar oferece à configuração da própria rede e à criação de suas ações. É importante destacar que a Cartografia, enquanto princípio que permite nos agenciar à multiplicidade de linhas que compõem uma realidade rizomática, assim como enunciado por Guattari e Deleuze⁸⁻⁹, é compreendida de distintas formas e se torna objeto de apropriações diversas. A opção que aqui fizemos, ao situá-la no campo da pesquisa intervenção, justifica-se pela potência que este olhar oferece à relação entre políticas públicas, extensão universitária e comunidade, ao permitir um investigar sempre associado à busca por transversalizar experiências em um território existencial compartilhado, que podem resultar na criação e no desenvolvimento de dispositivos de intervenção conectados a problemáticas comuns.

Evidenciaremos a concepção de rede que este plano teórico permite erigir, as estratégias para potencialização de processos coletivos e recursos metodológicos/afetivos/políticos dos quais se pode lançar mão na elaboração de modos de fazer e pensar capazes de configurar e reconfigurar a oferta de serviços, os sentidos da rede, o trabalho e as relações com a comunidade. A rede será compreendida em diálogo com as noções de rizoma, multiplicidade, devir e singularização¹⁰. Dentre os recursos metodológicos da cartografia, dois eixos serão explorados: a dimensão ético-afetiva dos encontros, que transversaliza modos de subjetivação em todo e qualquer processo coletivo; e, a criação de dispositivos de pesquisa-intervenção. Por fim apresentamos, amparados nesta caixa de ferramentas, experiências de pesquisa intervenção que resultaram em estratégia de atenção psicossocial a jovens no contexto escolar, no ano de 2019, e na criação do “Programa Tamo Junto: Cuidado Integral e Arte”, em função da reorganização de serviços da RAIA, durante a Pandemia da SARS-COV-2, ao longo do ano de 2020.

Contribuições da Cartografia a constituição da RAIA

A RAIA surge em 2006 como iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina – Comarca de Chapecó, em articulação com a Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) e com o executivo municipal por meio das secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde. Desde seu surgimento está organizada em seis regiões, seguindo a divisão territorial da Política de Assistência Social do município. Atualmente, reúne diferentes instituições, promove encontros

mensais em cada território e do município como um todo, estudos da realidade e definição de estratégias de ação coletiva. A Unochapecó compõe a RAIA desde sua criação através de programa de extensão homônimo, dedicado ao fortalecimento da intersectorialidade, a educação permanente, a pesquisa e intervenção junto aos serviços, equipes, público infanto-juvenil e seus familiares.

Ao nos referimos ao SGDCA, cabe destacar que, apesar de cada um dos setores presentes na rede atuarem em função de demandas específicas, quando implicados na atenção à infância e adolescência, se debruçam sobre objeto comum: o desenvolvimento humano e a proteção integral e prioritária destes, como disposto na Lei 8069/90¹. Se compreendemos desenvolvimento humano como processo complexo, contínuo e singular no curso de cada vida¹¹, percebemos experiência integrada, indissociável de um contexto e da qualidade dos processos proximais que permitem, paulatinamente, transformações qualitativas. Sendo assim, a fragmentação das ações das Políticas Públicas frente a esta experiência integradora é paradoxal. O trabalho em rede surge como necessidade, pois “[...] o SGDCA se realiza e se consolida por meio de redes sociais de proteção que focalizam a promoção do atendimento integral às necessidades de crianças e adolescentes e a prevenção de situações de violação”^{5:21}. A RAIA, portanto, representa o aspecto dinâmico deste sistema, nas conexões entre seus atores e instituições, em torno deste objeto comum¹².

Após 15 anos de vida, a RAIA ainda se mantém em pleno funcionamento. Nessa trajetória, avanços, retrocessos e transformações são constitutivos do permanente diálogo e das tensões criadoras próprias a processos democráticos. Nela, coexistem racionalidades e práticas que sustentam plano político de uma práxis movente. Tais diferenças ora configuram axiomas capazes de reproduzir fluxos unitários ao pensamento, estratificando-o e delimitando regimes de visibilidade que engessam o coletivo, ora impulsionam relações criadoras, sentidos e fazeres inéditos. Na mobilização do fazer intersectorial, a perspectiva metodológica da Pesquisa-Intervenção Cartográfica tem permitido avanços tanto na gênese dialógica de uma concepção de trabalho em rede, quanto na produção de estratégias de análise da realidade e criação de dispositivos de intervenção.

A cartografia transversaliza este movimento enquanto metodologia voltada à experimentação de modos de subjetivação e à produção de variações nos arranjos institucionais, relacionais e afetivos que estabilizam sentidos e formas a uma práxis coletiva¹³⁻¹⁴. Sustentada por uma política cognitiva construtivista, propõe indissociabilidade entre conhecer e transformar, envolvendo atores da RAIA em território existencial compartilhado, partindo do princípio do pesquisar “com” e não “sobre”. Cartografar é desenhar a rede de forças com a qual nos encontramos conectados, dando conta de suas modulações e promovendo transformações¹⁵.

O viés cartográfico oferece “caixa de ferramentas”¹⁶ que transversaliza princípios filosóficos e ontológicos, operadores teóricos-metodológicos e uma implicação ético-política com a gênese de movimentos de resistência e criação. Na RAIA, a incursão cartográfica é postura constitutiva da inserção de professores e acadêmicos extensionistas em reuniões intersectoriais em cada território, no diálogo com trabalhadores da linha de frente e na interação com a comunidade. No cartografar criam-se formas outras para “habitar um território existencial”¹³, que permitem problematizar o devir da rede. Uma ética da experimentação sustenta estes movimentos: “Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga”^{17:30}.

A partir do princípio do rizoma, passamos a construir, junto aos atores de distintos serviços das Políticas Públicas, uma perspectiva de rede pautada pelas suas conexões, pela heterogeneidade e multiplicidade. A leitura rizomática da realidade oferece elementos para superar visão estruturalista

e simplificadora do fazer nas Políticas Públicas, permitindo compreendê-la enquanto heciedade^{9:18}, campo metaestável de conexão entre sujeitos, práticas, saberes, poderes, estabelecimentos e territórios, modulado em função dos agenciamentos que configuram tal multiplicidade, em sua imanência:

É somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. [...] Uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza^{8:13}.

Sob uma perspectiva cartográfica, a rede se faz em modulações e transformações que a conexão de cada ponto (humanos e não humanos) com os demais permite emergir enquanto múltiplo individuado. Compreendida assim, “não começa nem conclui, se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo”^{8:37}. É plano comum de experimentação, no qual diferenças podem se reconectar em função da intensidade das relações com o território e com vidas que lhe dão forma.

Uma contribuição da cartografia à rede, portanto, é fortalecer relações e mobilizar transformações através da produção de linhas de visibilidade às problemáticas coletivas, da composição de formas dialógicas de enunciação, do fomento de encontros entre os mais distintos atores de um território e da criação constante de estratégias de trabalho e projetos de pesquisa-intervenção. Estes são processos concomitantes que caracterizam a atitude cartográfica de criar agenciamentos, sempre de forma atenta a acontecimentos singulares, problemáticas locais e dissensos. “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que aumenta suas conexões”^{8:17}. Suas premissas, pautadas na filosofia da diferença e na esquizoanálise, se desdobram em pragmática de ressignificação constante daquilo que é tratado como objeto comum na transversalização de distintas expressões do campo social e de suas individualizações. É esta dimensão pragmática da cartografia que agora exploraremos, na intenção de compartilhar possibilidades ao trabalho em rede.

Configurar encontros: ética cartográfica e produção de diferença em rede

A cartografia oferece recursos para desvelar meios pelos quais se transversalizam, na configuração da realidade, formações macropolíticas em que as forças econômicas do capital não se separam da produção de subjetividades. Na contemporaneidade, a subjetivação capitalística tem resultado em modos de ser serializados e reprodutores de individualidades neoliberais¹⁹, em formações desejanter imediatistas e coladas ao consumo²⁰, capazes de reiterar lógicas excludentes, invisibilizar ou reprimir as diferenças. Atualmente, ainda, a força de um comum neoliberal incide diretamente no delineamento de Políticas Públicas, direcionando-as à manutenção de lógicas disciplinares, biopolíticas e funcionalistas, beirando por vezes a necropolítica^{21,22}.

ⁱ O termo heciedade deriva do Latin Haecceitas, e na filosofia do período grego clássico designa aquilo que é, ser próprio e diferente dos demais. Na filosofia da diferença e na esquizoanálise, principalmente da forma como aparece na obra “Diferença e repetição”, escrita por Deleuze em 1968, e nas obras “Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia” e “O que é Filosofia?”, escritas por Deleuze e Guattari, respectivamente nos anos de 1980 e 1991, o conceito de heciedade remete a composição não de um indivíduo autônomo, mas sim de um plano de imanência comum que permite a emergência de individualizações singulares. Heciedade, nesta leitura, portanto, é noção que nos permite compreender a indissociabilidade entre plano de imanência e singularidades, sendo que uma individualização pode emergir apenas de forma emaranhada a uma multiplicidade pré-pessoal e em constante variação.

Este cenário exige movimentos que situem o Estado enquanto agente ativo, problematizador de suas próprias práticas/alianças e capaz de se reconfigurar no encontro com a população. Compreendemos que processos democráticos como os almejados pela nossa constituição podem configurar-se em resistências micropolíticas, possíveis em encontros pautados por sensibilidade ética e estética²³, que permitam a análise e a modulação de imposições macropolíticas, fazendo rachar lógicas excludentes:

A garantia de uma micropolítica processual só pode ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir efetivamente neste campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior ^{19:16}.

O aporte ético-político da cartografia permite significar reuniões de trabalho intersetoriais enquanto contexto privilegiado à gênese de resistências. Tais encontros são na RAIA tomados como contextos ético-políticos de ressignificação do coletivo, pautados pela dialogia e pela possibilidade de ampliar o campo de afecções que se experimenta no coletivo:

A ética e a política se evidenciam em movimentos capazes de criar brechas nos modos de apresentação do real, que engendrem novas configurações ao pensamento e ao campo de experiências [...], como movimento ligado à subjetivação, à abertura de campos de sentidos inéditos que disponham no comum novas configurações ^{14:66}.

Busca-se, paulatinamente, horizontalizar relações, tencionar naturalizações e generalizações, fomentando olhares e práticas mais complexas frente às problemáticas comuns. “Entendemos que a condição para problematizar as naturalizações e para ultrapassar as verdades consensuais, está sujeita à qualidade dos encontros que experimentamos em nossa existência”^{11:20}. Quando mobiliza a dialogia na rede, a cartografia busca a potência do coletivo no entre, no encontro.

O conceito de encontro é aqui lido a partir de Espinosa, e permite pensar uma ética ontológica, sendo o sujeito engendrado nas possibilidades que a alteridade oferece para compor a si e ao outro. Para Chauí²⁴, em Espinosa, corpo e pensamento não apenas estão associados, como também se compõem simultaneamente (paralelismo psicofísico). Nesta perspectiva, o sujeito pode ter sua potência de agir aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, nos encontros que experimenta. As afecções que cada encontro permite tem como efeito a gênese de afetos e ideias. É este campo relacional que delinea o possível aumento ou diminuição da potência de agir do coletivo²².

Os distintos fóruns de encontro da RAIA, neste prisma ontológico, configuram-se sustentados por uma ética prática que situa a liberdade e a alegria como motores de bons encontros. Esta ética, que nega uma deontologia prescritiva e nos mergulha numa relação ontogenética e transformadora, oferece alicerce à manutenção de postura dialógica, amparando busca constante por aumentar a potência de agir do coletivo, em encontros direcionados na e pela criação. Essas afecções emergem na (re)construção, (re)configuração e (re)significação dos afetos e ideias em meio às relações consigo e com o outro. Assim, configurar encontros, afetar e ser afetado, propaga, na rede, modos outros de existencialização, permite abertura a percepções e sensações, visibilidades, audibilidades e discursividades outrora obliteradas.

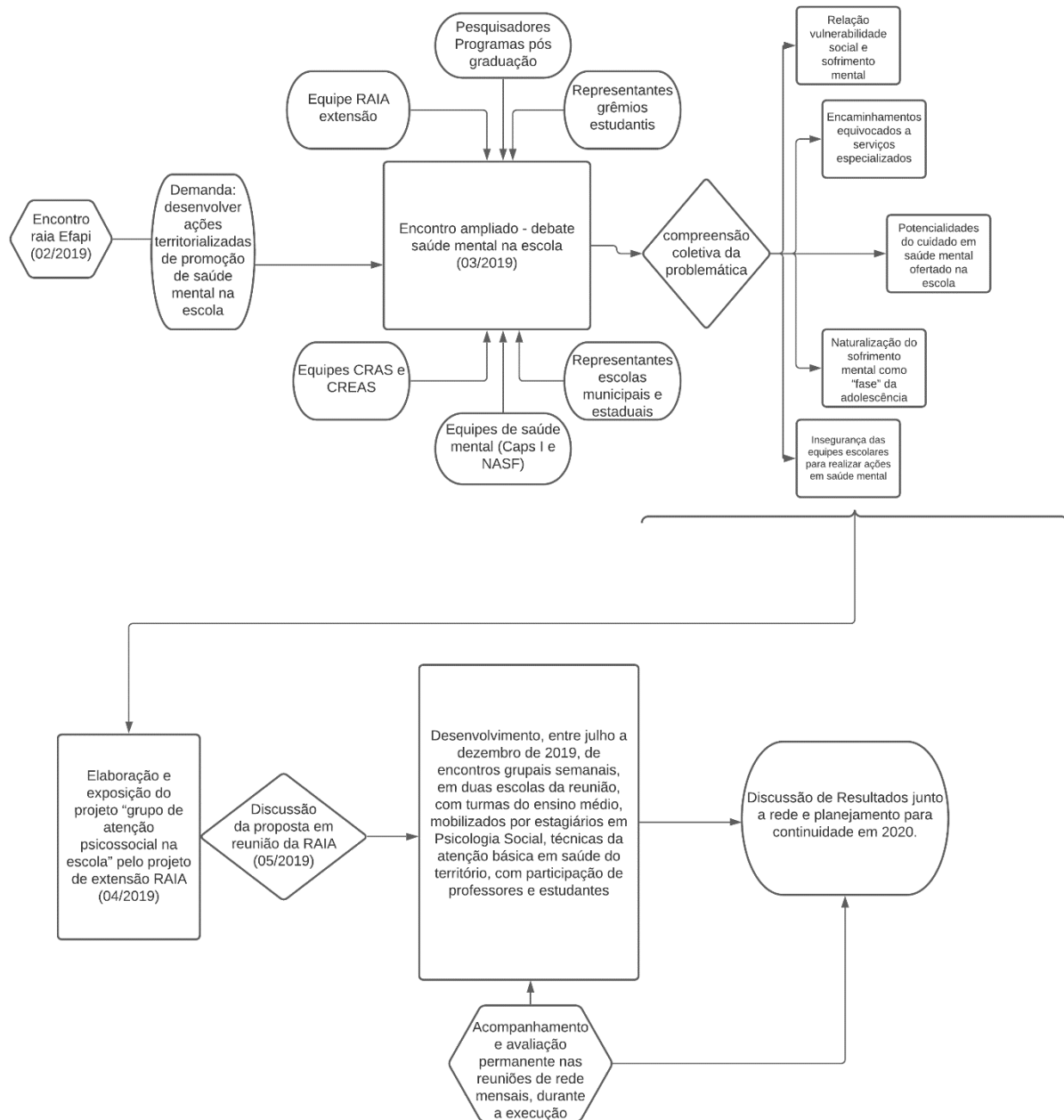
Dispositivos de pesquisa-intervenção: desenvolvimento de experiências de cuidado

O cartografar tem permitido a identificação e significação de problemáticas comuns e emergentes na rede, mobilizando projetos específicos de pesquisa-intervenção associados à extensão universitária e executados em parceria com trabalhadores de distintos setores das políticas públicas.

Nestas experiências, destacam-se os movimentos coletivos que permitem a construção de dispositivos singulares voltados a transformar a realidade, considerando o imperativo ético de um pensar e agir amparado no protagonismo de distintos atores, implicados de forma horizontalizada em diferentes momentos voltados a significação de problemáticas e na construção e desenvolvimento de ações direcionadas a ampliar as possibilidades de experimentar afecções outras, produtoras de saúde, cuidado e vínculos entre população e instituições locais.

Como exemplo, apresentamos dois movimentos de pesquisa-intervenção desenvolvidos no território da Efapi, bairro situado na região oeste do município de Chapecó. Em 2019, os encontros intersetoriais ocorreram mensalmente com a presença de trabalhadores do SGDCA e de representantes de grêmios estudantis e comunidade local. Metodologicamente, compreendemos os encontros da rede enquanto plano comum de experiência ética e política. É neste contexto que distintas percepções e experiências são postas em relação, de modo a evidenciar questões e impulsionar a gênese de dispositivos de intervenção gestados de forma participativa. No primeiro encontro da RAIA EFAPI realizado em 2019, no mês de janeiro, representantes de duas instituições escolares da região destacaram questões recorrentes referentes à saúde mental vivenciadas por adolescentes neste contexto. Representantes dos serviços especializados de saúde mental corroboraram a posição e relataram diversas situações nas quais a existência de sofrimento mental no cotidiano de crianças e adolescentes trouxe, como sintoma, a autolesão, com ou sem ideação suicida. A autolesão é caracterizada como “comportamento repetido da pessoa de infligir lesões superficiais, embora dolorosas, à seu corpo”²⁵. Em revisão da literatura²⁶, associam-se estes comportamentos à tentativa de enfrentar emoções negativas, ansiedade e múltiplas formas de sofrimento. Seus determinantes são singulares em cada situação, sendo expressão de sofrimento mental que emerge nas relações que movem certa constituição subjetiva, em meio a determinantes históricos que permeiam a experiência da adolescência.

O diálogo também expos como sendo problemático o encaminhamento imediato de casos de autolesão (identificados nas escolas) ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPSi), sendo ressaltada, ainda, a dificuldade daqueles que atuam nas escolas para efetivar ações de cuidado em saúde mental no próprio contexto escolar. Esta lógica, centrada no encaminhamento e não na reorganização das possibilidades de cuidado dentro do próprio espaço escolar, gerou sobrecarga em um único serviço e fez ver algumas fragilidades. A partir desta análise, gestada pela presença nos fóruns da rede, o projeto de Extensão RAIA impulsiona a pesquisa-intervenção processual, buscando uma análise colaborativa da problemática evidenciada e a criação de uma estratégia de cuidado à saúde mental do adolescente centrada no contexto escolar. O movimento resultante pode ser exposto em seu processo:



Fonte: Autores

Compreendendo coletivamente o cenário, no papel de extensão universitária, propusemos a criação de “Dispositivos-Grupo de atenção psicossocial” no contexto escolar, amparando-se na perspectiva esquizoanalítica do processo grupal²⁷. A abordagem que desenvolvemos investe em movimentos reflexivos e afetivos voltados a transformações dos sentidos da experiência compartilhada e singular, apostando na experimentação estética²⁸ como motora de novos modos de subjetivação e relação. A intervenção ocorreu visando a qualificação ética da relação intersubjetiva em contextos de (re)conhecimento do sofrimento como um estado comum do ser humano, do conflito como uma possibilidade de transformação, e do escutar e ser escutado como recurso de ressignificação, buscando possibilidades a outros modos de existencialização.

O pesquisar e o intervir, no contexto da escola, permitiu a realização de 32 encontros com grupos de adolescentes e equipes em 2019, sendo 16 encontros em cada uma das duas escolas participantes. A experiência permitiu aproximação às vivências concretas dos jovens e invenção de formas de acolhimento e cuidado entre eles e entre eles e trabalhadores das escolas. A presença de atores das equipes das escolas nos grupos fortaleceu vínculos na comunidade escolar e permitiu a

produção de uma prática de cuidado. Este processo resultou em diminuição dos encaminhamentos ao CAPSi, sustentando olhar mais complexo sobre o sofrimento vivenciado pelos jovens. Foi possível situar os sujeitos implicados na problemática em plano compartilhado, capaz de erigir saberes, vínculos e modos coletivos de agir frente ao sofrimento humano.

Esta maneira de acolher as problemáticas emergentes na rede tem se mostrado produtiva, na medida em que cria meios para uma prática ética e emancipatória, desenvolvida caso a caso. O grupo, emaranhado ao fazer cartográfico, é dispositivo criador, capaz de mobilizar a realidade e as subjetividades a novas composições²⁹. O processo grupal fomentou a desidentificação frente à condição de sujeição e vulnerabilidade compulsoriamente associadas às identidades no universo estético e simbólico consensual da adolescência, na medida em que a própria dinâmica grupal, situada enquanto agenciamento dos níveis individual, social e institucional, torna-se solo concreto e compartilhado para o devir micropolítico.

Deleuze entende dispositivo como “máquina de fazer ver e fazer falar”³⁰, constituindo-se arranjo que conjuga elementos heterogêneos da realidade, dispostos em conexão de tal forma que permitam a consolidação de um campo de possibilidades antes impensáveis. Esta leitura remete tanto à construção de dispositivos mobilizadores de mudanças, quanto à análise daqueles já instituídos e reguladores das formas de vida. A produção de novos dispositivos indica um movimento que precisa ser construído caso a caso, onde é possível “traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”^{28:155}, na busca por desdobramentos que permitam ultrapassar as formas consensuais e hegemônicas de subjetivação. Um dispositivo não pode ser compreendido como ação ou encontro isolado, mas sim como modo específico de configuração do real, transversalizado por uma série de práticas coletivas.

Outra ação em rede que exemplifica o movimento de construção de dispositivos de pesquisa-intervenção cartográficos, se deu em função da pandemia de COVID-19. No início de 2020 as atividades mobilizadas junto às escolas através da pesquisa-intervenção antes citada, assim como as reuniões de rede e a oferta de alguns serviços, foram suspensas. Neste momento consideramos, novamente em diálogo com distintos atores da rede, que o esgarçamento da relação entre comunidade e políticas públicas poderia resultar em aumento significativo da violência intrafamiliar, do sofrimento mental, da insegurança alimentar e de outras problemáticas referentes à segurança humana em geral³¹. Constatamos ainda dificuldades de acesso aos serviços referentes à cultura, à Educação e Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Assistência Social.

Frente ao cenário, propomos a construção de um dispositivo de cuidado compartilhado, elaborando o “Programa Tamo Junto: Cuidado Integral e Arte”, com o objetivo de ofertar, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, atividades remotas síncronas e assíncronas de ensino das artes, atendimentos em saúde, saúde mental, educação e assistência social, integradas a primeiros cuidados psicológicos, consolidando meios de acesso complementar aos serviços do Sistema de Garantia de Direitos.

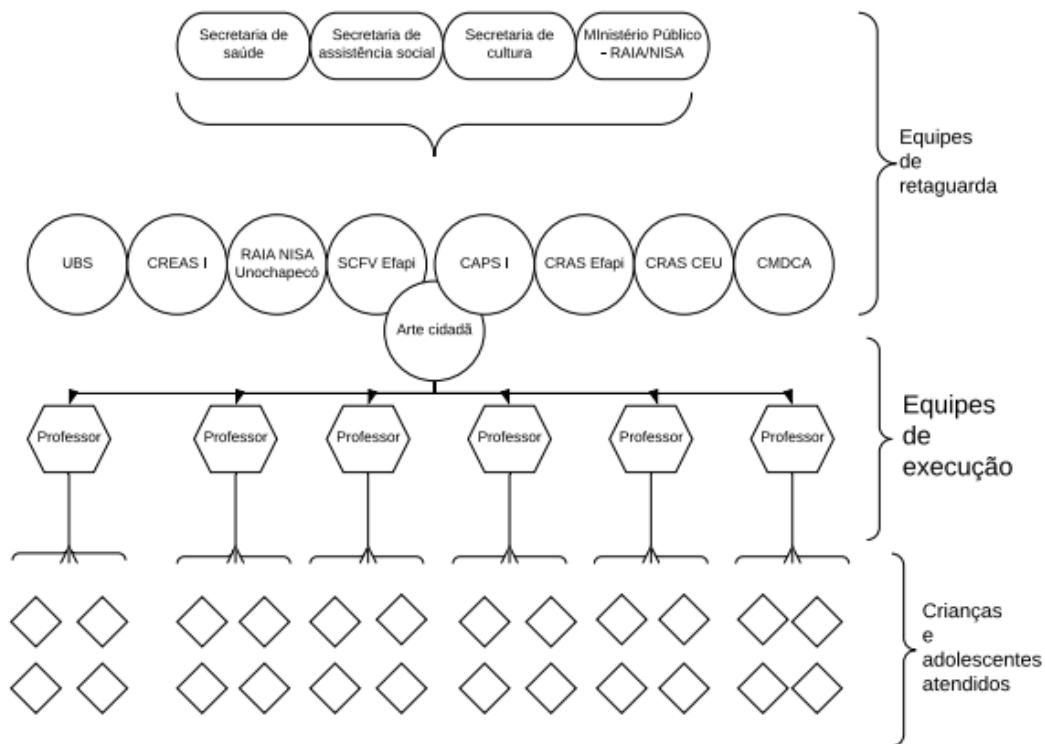
O programa reordenou o trabalho da RAIA, traçando caminhos para reorganização de serviços, para o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e para a garantia da inclusão digital de crianças, adolescentes e suas famílias. A partir do mês de março de 2020, investimos no desenvolvimento da “Plataforma Tamo Junto”ⁱⁱ, aplicativo que oferece vias remotas síncronas e assíncronas, integradas, para atendimentos em cultura, saúde, saúde mental, assistência social e educação.

ⁱⁱ A plataforma citada está hospedada no link www.tmjraia.com.br

O programa mobilizou o cruzamento de dados dos CRAS do território e das escolas, visando a identificação de famílias em situação de vulnerabilidade social. A partir deste diálogo, selecionou-se inicialmente um grupo de 20 crianças e adolescentes, compreendidas pela rede como em situação geradora de riscos ou com direitos violados, que não tinham condições concretas de acesso à internet, seja para acesso aos serviços de saúde, assistência social e cultura, ou para às atividades escolares. Em um primeiro momento, percebemos conjuntamente que a Política Pública de Cultura e, em especial, o Programa Arte Cidadã, atuante no município, ofereceriam aproximação estratégica entre profissionais da rede, crianças, adolescentes e famílias. Foram capacitados instrutores de música para ofertar aulas articuladas a estratégias de primeiros cuidados psicológicos não especializados em situação de emergência e desastre. A oferta de atividades remotas síncronas, através da plataforma, iniciou por este setor. As atividades culturais foram inicialmente oferecidas a este grupo, e permitiram a reconexão entre o SGDCA e o contexto familiar.

Após a consolidação da plataforma e o acesso por meio de edital de fomento a recursos que possibilitaram a compra e distribuição, entre estes participantes, de chips com acesso à internet e celulares, o programa passou a integrar outros serviços à plataforma. Reconhecendo as potências da política pública de cultura para o cuidado no contexto da Pandemia, o Programa Arte Cidadã se tornou a primeira linha de conexão com as famílias.

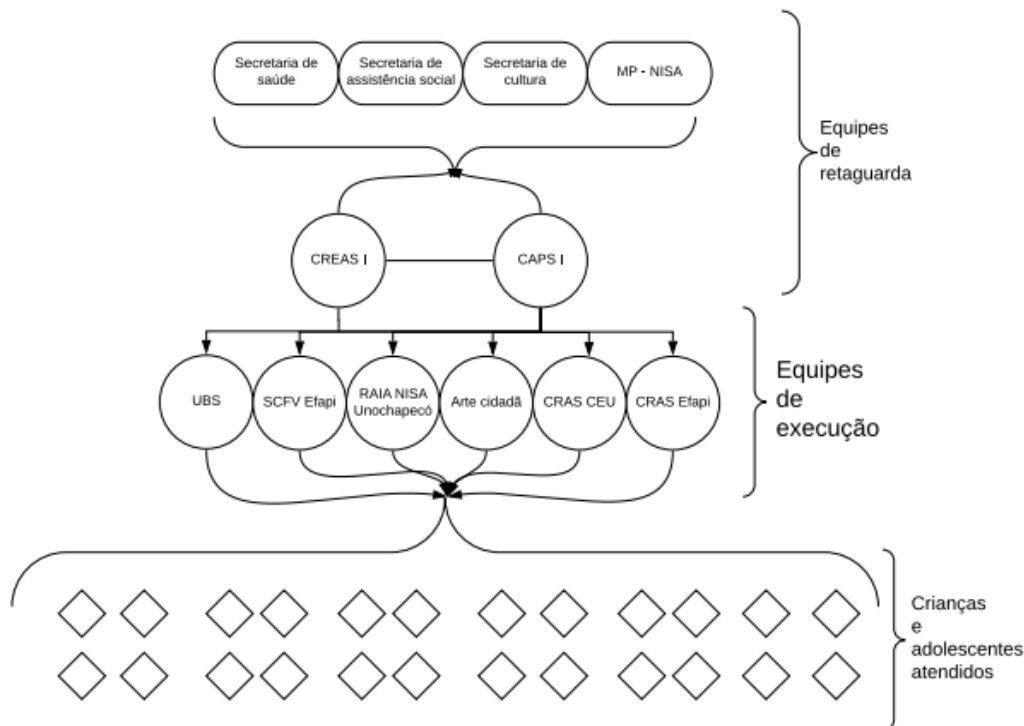
Figura 1 – Organograma da Oferta de Serviços após conexão com famílias



Fonte: Autores

Este movimento permitiu a reconexão processual com outros serviços da rede, fundamentais à garantia de direitos da infância e adolescência, desta forma ofertados remotamente, com acesso simplificado, aos usuários identificados na primeira etapa:

Figura 2 – Organograma da Oferta de Serviços após conexão com famílias



Fonte: Autores

Até dezembro de 2020 ocorreram, mediados pela plataforma: grupo de atenção psicossocial oferecido semanalmente por estagiários de Psicologia Social a alunos da rede escolar estadual; grupo de atenção psicossocial às meninas vítimas de violência sexual desenvolvido pela equipe do CREAS I da cidade; atendimentos pedagógicos ofertados pelo Programa de Extensão Experiências do Brincar a dois grupos de 15 crianças de 8 a 12 anos, indicados pela rede escolar; atendimentos pedagógicos a grupo de adolescentes ofertado pelo Programa de Extensão Laboratório de Línguas e oficinas de Hip-Hop a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, em parceria com o Coletivo Perifa Cultural. Ainda, dois CRAS do território aderiram à plataforma como meio de realização de acompanhamento familiar, complementar às ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O Centro de Atendimento a Comunidade, da Unochapecó, ofereceu atendimentos sociojurídicos a 45 famílias, sendo viabilizado ainda acolhimento psicoterápico a adolescentes e atendimentos interdisciplinares em saúde, também de forma remota síncrona.

Esta experiência, que ainda se desenvolve, reforça nossa aposta no trabalho colaborativo. Em consonância com as diretrizes da proteção integral e buscando atuação sinérgica e reticulada entre distintos setores das Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social, Educação e Cultura, o dispositivo criou recursos à implementação de estratégias de trabalho em rede que garantem presença do Estado, acolhimento e cuidado a crianças e adolescentes, considerando a necessidade premente de minimizar o risco de infecção, mas ao mesmo tempo maximizar a oferta de serviços, visando a atenção integral prevista pelo SGDCA.

Considerações finais

A experiência da RAIA é, atualmente, construída em diálogo com a metodologia da pesquisa-intervenção cartográfica, que permite a criação de espaços dialógicos de compreensão da realidade e análise das implicações, além de potencializar a (re)construção de fluxos de trabalho a partir de

vínculos significativos e corresponsabilidade. Destacamos o movimento híbrido e inventivo que perpassa a RAIA tencionando formas instituídas através de encontros que potencializam a heterogênesse, na imanência da experiência. A atuação nas políticas públicas, nesse contexto, torna-se potência para (re)significação da existência.

Cartografar significa, portanto, compreender os sentidos que se entrecruzam na constituição das subjetividades e realidades. Ocupar o espaço de pensar, proporcionado pela política cognitiva construtivista que sustenta a metodologia cartográfica, permite a criação destes outros mundos possíveis e fomenta o rompimento com lógicas hierárquicas e sedentárias. O entrelaçar das forças que constituem o campo social é que permite a criação de dispositivos de pesquisa-intervenção. Desta forma, a construção de dispositivos, na lógica da pesquisa-intervenção cartográfica, deve ser tomada pelo desejo de desenvolver soluções protetivas. Nestes processos é necessário investir na diferença, criando espaços para outras subjetivações e outras formas de agir.

Ao estabelecer relações plurais e horizontais, dá-se voz aos atores que compõem a RAIA. Nesta perspectiva, consolidam-se espaços pautados pelo diálogo intersetorial, formação continuada, matriciamento, estudos de caso e ações no território, na busca por relações éticas que problematizam o viés biopolítico e disciplinar, historicamente emaranhado as práticas do Estado. A rede é uma construção constante, que pode avançar na efetivação das políticas públicas como promotoras de cidadania, igualdade, inclusão e liberdade, criando estratégias de enfrentamento das situações de violação de direitos e sofrimentos de crianças, adolescentes e suas famílias.

Referências

¹ Direito Público. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. De 16 julho de 1990.

² Silva MOS, Yazbek MC, Di Giovanni G. A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2004.

³ Behring ER. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI I, et al. organizadores. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez; 2008.

⁴ Behring ER. Política social no capitalismo tardio. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2015.

⁵ Maia AP. A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes: guia de referência. São Paulo: Ação Educativa; 2018.

⁶ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 113. *Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente*; 19 abr 2006.

⁷ Passos E, Kastrup V, Escóssia L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2009.

⁸ Deleuze G, Guattari F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Minuit; 1995; Vol 1.

- ⁹ Deleuze G, Guattari F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Minuit; 1995; Vol 4.
- ¹⁰ Deleuze G, Guattari F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Minuit; 1995; Vol 5.
- ¹¹ Sifuentes TR; Dessen, MA; Oliveira, MCSL. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*; 2007; 23 (4): 379-385.
- ¹² Aquino LMC. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: A experiência em nove municípios. In: Silva ERA. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília/DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2004; 325-365.
- ¹³ Alvarez J, Passos E. Cartografar é habitar um território existencial. In: Passos E; Kastrup V; Escóssia, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2009; 131-149.
- ¹⁴ Cavagnoli M, Maheirie K. A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*; 2020; 32 (1); 64-71.
- ¹⁵ Barros LP, Kastrup V. Cartografar é acompanhar processos. In: Passos E, Kastrup V, Escóssia L. Pistas do método da Cartografia. Porto Alegre: Sulina; 2009; 52-75.
- ¹⁶ Foucault M. Gerir os ilegalismos. In: Droit RP. Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit. São Paulo: Graal; 2006; 41-52.
- ¹⁷ Passos E, Barros RB. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos E, Escóssia L, Kastrup V. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2009; 17-31.
- ¹⁸ Deleuze G. Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Escuta; 2002.
- ¹⁹ Rolnik S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: Lins D. Cultura e subjetividade: saberes nômades. Campinas: Papyrus; 1997; 19-24.
- ²⁰ Guattari F. As três ecologias. Campinas: Papyrus; 1990.
- ²¹ Sawaia B, Albuquerque R, Busarello F, organizadores. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. 1ª ed. Embu das Artes: Alexa Cultural; 2018.
- ²² Pereira ER, Sawaia B, organizadores. Práticas grupais: espaço de diálogo e potência. 1ª ed. São Carlos: Pedro & João; 2020.
- ²³ Guattari F, Rolnik S. Micropolítica: cartografias do desejo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.
- ²⁴ Chauí M. A nervura do real II: imanência e liberdade em Espinosa. 1ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras; 2016.
- ²⁵ American Psychiatric Association. DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora; 2014.

- ²⁶ Sant'Ana IM. Autoautolesión no suicida en la adolescencia y la actuación del psicólogo escolar: una revisión narrativa. *Revista de Psicología da IMED*, 2019; 11 (1): 120-138. Espanhol.
- ²⁷ Barros RB. Grupo: a afirmação de um simulacro. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina; 2007.
- ²⁸ Rancière J. Política da Arte. *Urdimento*; 2010; 1 (15): 45-60.
- ²⁹ Hur DU. O dispositivo de grupo na Esquizoanálise: tetralência e esquizodrama. *Vínculo-Revista do NESME*; 2012; 9 (1): 18-26.
- ³⁰ Deleuze G. ¿Que és un dispositivo? In: Foucault M. Filósofo. Barcelona: Gedisa; 1990; 155-163.
- ³¹ Siqueira HCB, Silva, VOB, Pereira, ALS, Guimarães Filho, JD, & da Silva, WR. Pandemia de COVID-19 e Gênero: Uma Análise sob a Perspectiva do Princípio Constitucional da Isonomia. *Revista Psicologia & Saberes*; 9(18), 216-226.

Submissão: 08/02/2021

Aceite: 12/05/2021